



A defesa da posse de Juscelino Kubitschek nas páginas do Diário de Notícias

Marcos Vinícios Luft*

RESUMO: O artigo analisará a cobertura do jornal Diário de Notícias, de Porto Alegre, sobre as tentativas da oposição de impugnar o processo eleitoral que elegeu Juscelino Kubitschek como presidente da república em 1955. Através da análise dessa cobertura, procura-se demonstrar como o jornal tomou uma posição e procurou defendê-la perante seus leitores.

PALAVRAS-CHAVE: Eleições de 1955; Juscelino Kubitschek; imprensa; Diário de Notícias.

ABSTRACT: This article will analyze the coverage of *Diário de Notícias*, a newspaper from Porto Alegre, on the attempts of opposition groups to impugn the election process which elected Juscelino Kubitschek as President in 1955. Through the analysis of this coverage, sought to demonstrate how the *Diário de Notícias* took a stand and tried to defend it before his readers.

KEY-WORDS: 1955 elections; Juscelino Kubitschek; press; Diário de Notícias.

* Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História / UFRGS

Em 3 de outubro de 1955, ocorreram as eleições para presidente e vice-presidente dos Estados Unidos do Brasil. Concorreram quatro candidatos ao cargo de mandatário máximo do país: Juscelino Kubitschek (numa aliança entre Partido Social Democrático - PSD - e Partido Trabalhista Brasileiro - PTB), Juarez Távora (União Democrática Nacional - UDN), Adhemar de Barros (Partido Social Progressista - PSP) e Plínio Salgado (Partido Republicano Progressista - PRP).

Com o desenrolar dos dias, o resultado de vitória foi se encaminhando para os candidatos Juscelino Kubitschek e João Goulart, candidato à vice-presidente. Contudo, o processo eleitoral não havia terminado. A oposição tentaria de todas as maneiras possíveis, legais ou até mesmo ilegais, impugnar as eleições.

Nas palavras de Jorge Ferreira, estava ocorrendo uma crise da república, na qual dois projetos para o país estavam se enfrentando: o *nacional-estatista*, representado, sobretudo, pelo PTB, buscando fortalecer um capitalismo nacional, contrapondo-se ao avanço dos interesses econômicos estadunidenses através de uma industrialização baseada em bens de capital e com intervenção estatal em setores estratégicos; e o *liberal-conservador*, representado, sobretudo, pela UDN, moralista, elitista, antigetulista e anticomunista, defendendo a abertura do país ao capital estrangeiro e negando a intervenção estatal (FERREIRA, 2004, p.303-304).

Estava começando o conflito entre os dois projetos, que chegaria ao seu ápice com o “contra golpe” militar de 11 de novembro de 1955, o qual depôs o presidente interino Carlos Luz e empossou o presidente do Senado, Nereu Ramos, como chefe máximo da nação, garantindo a Juscelino Kubitschek o direito a tomar posse.

O presente texto analisará como o jornal Diário de Notícias cobriu as tentativas da oposição de impugnar o processo eleitoral, tomando uma posição e procurando defendê-la perante seus leitores.

A imprensa e o *Diário de Notícias*

Para se trabalhar com a imprensa como fonte, temos que, primeiramente considerá-la não como um “espelho da realidade”. A imprensa não é neutra, que apenas colhe e retransmite as informações do dia-a-dia a seus leitores; ela está atuando nos processos políticos e sociais de sua época. Nas palavras de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, a imprensa é um

instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero ‘veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO; PRADO, 1980, p.XIX).

O jornal tenta modelar as consciências das pessoas conforme seus interesses e valores, indicando uma direção ao comportamento do público leitor. Para Gerson Fraga, os jornais se constituem em *instrumentos ideológicos* de manutenção das estruturas sociais vigentes, o que se acentua a partir do momento em que

se constituem como grandes empresas, como é o caso da fonte analisada, o Diário de Notícias. Como grandes empresas, os jornais tornam-se instrumentos de divulgação e propagação dos ideais da classe dominante, tornando-se um local de poder e um instrumento de manutenção da ordem socioeconômica (FRAGA, 2004, p.24-28).

Disseminando valores na sociedade, os grandes jornais constituem-se como “veículos formadores de opinião pública”, sob o manto da imparcialidade e da neutralidade política, operando a construção de emoções sociais, como o medo, a necessidade, o patriotismo, entre outros. Para tanto, vale-se de diversos recursos, como conceitos de caráter valorativo e binário (bem x mal; civilização x barbárie, por exemplo), diagramação e recursos gráficos, no que Fraga denomina de *instrumento pedagógico* (FRAGA, 2004, p.28-32).

Devemos recordar, porém, que além de serem instrumentos ideológicos e pedagógicos de manutenção das estruturas sociais, as grandes empresas jornalísticas são regidas pela lógica do lucro. Por isso, defendem os interesses de grupos econômicos que anunciam em seus jornais, mesmo que de forma não programada. Esses grupos garantem a circulação dos periódicos a baixos custos para o leitor e os recursos necessários para a modernização dos parques gráficos das empresas. Para compensar os recursos obtidos para a sobrevivência do órgão, há a defesa dos interesses dessas empresas.

Feitas algumas considerações sobre o trato com a fonte jornalística, passamos a um breve histórico da fonte a ser analisada. Escolhemos o Diário de Notícias como fonte por ser um jornal que não mereceu grande atenção por parte dos historiadores¹, mesmo concorrendo em tiragem, até o início da década de 1960, com o Correio do Povo, que mereceu muito mais destaque na literatura.

O jornal Diário de Notícias tem uma história bastante peculiar comparado a outros no Rio Grande do Sul. Fundado em 1925, entra em crise financeira nos anos seguintes. Em 1930, às vésperas do movimento que leva Getúlio Vargas à presidência, é comprado, com dinheiro da Aliança Liberal (chapa encabeçada por Vargas), por Assis Chateaubriand. Este estava começando a montar seu império nas comunicações, que seria posteriormente denominado Diários Associados. O Diário de Notícias foi o primeiro jornal do Rio Grande do Sul a se integrar a uma rede nacional de comunicações.

Mesmo sendo comprado com dinheiro da Aliança Liberal, logo o jornal passa a entrar em conflito com Getúlio. Defende o levante paulista de 1932 e é fechado por quase seis meses. A partir daí, o Diário de Notícias passa a ter uma relação de convivência com o presidente, especialmente durante o Estado Novo. Porém, quando da redemocratização de 1945, a exemplo de toda a rede de que fazia parte e da maior parte da imprensa brasileira, o jornal passa a fazer uma pesada campanha antivarguista. Essa campanha passa por diversos momentos, como a eleições de 1950, que levam Getúlio de volta ao poder, e a campanha “O Petróleo é Nosso”².

Juarez Bahia dá uma pista para essa raiva da rede Associada pelas posições de seu proprietário: “Os editoriais de Chateaubriand estão na linha do notório conservadorismo, respingado de liberalismo, intransigente, no entanto, às tendências esquerdizantes” (BAHIA, 1972, p.74). Outras características da rede, que refletiam no jornal, seriam a defesa do liberalismo político, da livre iniciativa e do antinacionalismo, com o impulso ao desenvolvimento via capital estrangeiro (CARNEIRO, 1999, p.101-105). Chateaubriand não estava em

sintonia com Getúlio, principalmente no tocante ao nacionalismo.

A situação se acentua às vésperas do suicídio do Pai dos Pobres. Após o atentado contra Carlos Lacerda, em 5 de agosto de 1954, o jornal chega a publicar trechos do jornal *Tribuna da Imprensa*, de propriedade de Lacerda, pedindo a saída de Getúlio. Esses trechos eram complementados com pesados editoriais (STEFFENS, 1998, capítulo 3). Porém, a campanha antivarguista traz consequências desastrosas para o jornal. Após o suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, a população porto-alegrense simpatizante ao falecido presidente, revoltada, ataca diversos estabelecimentos que eram identificados com o capital estadunidense. Entre esses estabelecimentos, estavam a Rádio Farroupilha e o *Diário de Notícias*, ambas dos *Diários Associados*. Foram completamente incendiados e depredados pela população em fúria.

O saldo desse acontecimento foi que o jornal ficou seis meses sem circular; apenas voltou à circulação em março de 1955. Para tentar acalmar os ânimos, o *Diário de Notícias* procurou uma linha mais conservadora, não se posicionando tão claramente frente aos acontecimentos (RUDIGER, 1993, p.73; GRANDI, 1999, p.85). E, para não se definir como representante de uma corrente política, o jornal acaba com três diretores: o lendário Ernesto Corrêa, que, conta-se, era simpatizante de Getúlio Vargas, apesar de não ser filiado a nenhum partido político; Say Marques, vereador em Porto Alegre pelo Partido Libertador; e João Calmon, filiado ao PSD, enviado especialmente por Assis Chateaubriand para reestruturar o jornal. Apesar disso, como vamos ver, o *Diário de Notícias* continua se posicionando politicamente, em virtude dos compromissos de seu proprietário.

Assis Chateaubriand e a campanha de Juscelino

É notório, na bibliografia, o envolvimento do proprietário dos *Diários Associados* com a campanha de Juscelino Kubitschek. Primeiramente, eram companheiros de partido. Chateaubriand, inclusive, era senador pelo PSD, o que, pelo menos teoricamente, o obrigava a seguir as diretrizes do partido. E o magnata da imprensa estava realmente envolvido com a campanha: desde 1953, dois anos antes das eleições, já estava em tratativas com membros do PSD para consolidar o nome de Juscelino como candidato do partido à presidência.

Um fato “sobrenatural” é muito mencionado. No dia 18 de junho de 1953, após se atrasar para uma dessas tratativas, no Recife, Chateaubriand perdeu um voo para São Paulo. O avião caiu, provocando muitas mortes. Acreditando que fora salvo pela figura do então governador mineiro, Chateaubriand escreve no seu artigo do dia seguinte: “O governador Juscelino salvou-me a vida. Tenho a obrigação, a partir desta data, de tê-lo eternamente como meu amo e senhor” (MORAIS, 1995, p.547-549).

No entanto, para apoiar um candidato numa eleição, não se considera apenas um fator sobrenatural ou de acaso, como no episódio acima citado. Havia interesses que deveriam ser considerados para que os *Associados* apoiassem a candidatura Juscelino.

Em primeiro lugar, Chateaubriand perdeu as eleições para o Senado em 1954, na Paraíba, seu estado de origem. Querendo a todo custo voltar ao

parlamento, faz uma chantagem a Tancredo Neves, chefe de campanha de Juscelino: ou conseguia a cadeira no Senado ou a rede não se comprometeria com a campanha. Sabendo-se do poder que os jornais da rede tinham, encontrou-se uma solução: Chateaubriand candidatou-se pelo Maranhão, estado que mal conhecia, forçando a renúncia de um senador e de seu suplente. Dessa forma, consegue a convocação de novas eleições, nas quais vence e é defendido por Juscelino. Agora, Chatô teria uma “dívida de gratidão” com o seu partido e teria que apoiar a candidatura JK.

Por outro lado, a campanha do ex-governador mineiro também era uma excelente fonte de recursos financeiros para o grupo jornalístico. Afinal, mesmo que Chateaubriand tivesse uma “dívida de gratidão” com Juscelino, os Diários Associados eram, acima de tudo, regidos pela lógica do lucro. Não se recusava anúncio de nenhum concorrente a cargos públicos, mas era dada preferência aos anúncios da chapa encabeçada pelo PSD. Ao final da campanha, de anúncios e cobertura privilegiada, a chapa devia U\$ 1,3 milhão, o que equivalia a aproximadamente 100 milhões de cruzeiros da época (MORAIS, 1995, p.573). Então, além de ser importante para o proprietário do jornal, por defender um governo do partido ao qual estava filiado, também era uma excelente forma de obter dinheiro.

Na questão econômica, é importante salientar que outros jornais também apoiavam Juscelino, como o Correio da Manhã. Mas o jornal que talvez estivesse mais próximo de JK era, sem dúvida, o Última Hora. O futuro presidente, quando governador de Minas Gerais, intermediou o empréstimo que viabilizou o surgimento do jornal; e ele próprio, juntamente com amigos, liquidou os débitos da editora responsável pelo jornal (WAINER, 1988, p.130; p.211-217). A participação na campanha de Juscelino, aqui, pode ser vista também como um componente de acesso ao poder (não que Chateaubriand não o tivesse, mas sempre queria mais), o qual permitira a obtenção de recursos financeiros, sobretudo do Banco do Brasil. O apoio ao futuro presidente garantia recursos fundamentais a uma cadeia jornalística que sempre estava em dificuldades financeiras. O proprietário dos Associados não queria ser preterido e ver seus concorrentes com acesso a recursos que a ele poderiam ser negados.

Além disso, quando os opositoristas começaram a pressionar pela impugnação das eleições, Chateaubriand faz um acordo com Juscelino: a rede *Associada*, incluindo o Diário de Notícias, refutaria as teses da oposição; em troca, JK daria a Chateaubriand a embaixada do Brasil na Grã-Bretanha (MORAIS, 1995, p.575).

Como o Diário de Notícias se posiciona frente aos ataques a Juscelino

Após fazer uma passagem pelas relações dos Diários Associados, cadeia jornalística na qual estava o Diário de Notícias, com a candidatura de Juscelino Kubitschek, pode-se vislumbrar o posicionamento do jornal frente às tentativas da oposição de impugnar as eleições. Pôde-se ver que os *Associados* tinham uma intrínseca relação com a candidatura Juscelino, a ponto de defendê-la dos ataques. Mas, como isso se refletia no texto do jornal, que chegava até as mãos dos leitores?

Logo no dia 2 de outubro, na capa, mesmo sem saber quem seria o vencedor, o jornal já proclama que os vencedores devem ser empossados.

O que há a proclamar, entretanto, é que o pronunciamento das urnas, qualquer que seja ele, deverá ser respeitado. Que a maior escolha. O que ela disser representará o pronunciamento soberano da nação. Que se recolham as baionetas e fiquem embainhadas as espadas. As urnas falaram [sic].³

Aqui, o jornal faz uma defesa da democracia e da eleição frente aos ataques de certas pessoas, sobretudo de Carlos Lacerda. Ele, antes do processo eleitoral, pregou a suspensão das eleições e a declaração de um estado de exceção. Porém, seu pedido não foi levado adiante. A posição do jornal é, a princípio, apenas defender a posse de quem quer que fosse eleito, independente do partido.

Essa posição será complementada com uma entrevista com o presidente Café Filho, na capa da edição do dia 5. O título da matéria é **Não admito a possibilidade de ser negada a posse a qualquer dos candidatos eleitos**. O jornal, nesse momento, utilizou a ferramenta do “líder de opinião”, uma pessoa que, com conhecimento sobre um determinado assunto, pode influenciar a sociedade com a sua fala (NOGUEIRA, 2004, p.74-75). E nesse caso, ninguém melhor do que o presidente da República para falar sobre a política nacional. Na entrevista, contudo, não há nenhuma expressão que remeta à frase da capa do jornal, nem nenhuma pergunta que se refira ao pleito de 3 de outubro.

Para complementar essa ideia, já com a vitória de Kubitschek no horizonte, o editorial do dia 14 de outubro realça, sob o título **Respeito à vontade do povo**:

[...] É natural que tenham voltado à posição anterior [as forças golpistas], isto é, ao desejo de que as forças armadas do país intervenham a fim de burlar a vontade do povo, livremente manifesta no pleito de 3 do corrente. É claro que esse pensamento negativista e contrário aos interesses do país não encontrará eco no espírito daqueles que só tem uma preocupação que é a de salvaguardar as instituições. [...]

Já agora, os srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart estão sagrados por um incontestável direito e esse direito lhes foi conferido pelo povo, numa eleição que se notabilizou pelo espírito de ordem com que transcorreu [...] O Brasil manifestou nas urnas o desejo de ver na presidência e na vice-presidência da república os srs. Kubitschek e João Goulart. Só nos cumpre respeitar democraticamente essa vontade. ⁴

Portanto, através do seu editorial, o jornal declara que é a favor da posse dos eleitos, agora já sabendo que são Juscelino e Jango. A partir daí, passa a refutar com veemência as duas principais teses da oposição: a da votação comunista e a da maioria absoluta.

Sobre a votação dos comunistas, a refutação da tese se dará geralmente na coluna Panorama Político, de Murilo Marroquim⁵. Logo no dia 12 de outubro, quando se iniciavam as articulações para o encaminhamento das teses à justiça, ele questiona:

Que é, afinal, um acordo com os comunistas? Para começar, a definição se torna impraticável, pois o Partido Comunista, do ponto de vista legal, não existe. [...] Ainda, segundo o regimento dos partidos interessados qualquer acordo só tem validade quando ratificado pelas convenções das respectivas agremiações. Não houve convenções do PSD e do PTB (e não podia haver do PCB, que legalmente não existe) para ratificarem o acordo com os comunistas. Ora, essas simples constatações mostram que será impossível que a Justiça Eleitoral encontre bases para reconhecer, sequer, a existência de um acordo entre os grupos citados. O pleito, por esse aspecto, não poderia ser anulado.⁶

Pedagogicamente, Marroquim explica o que era necessário para se ter firmado um acordo entre partidos: convenções dos partidos interessados em se coligar. Como não havia um Partido Comunista legalizado no país, não poderia haver convenção legal deste; portanto, não haveria ligação entre a chapa vitoriosa e os comunistas. Continuando, Marroquim destaca que o peso dos comunistas não seria suficiente para desequilibrar a eleição em favor de Juscelino e Jango. O argumento dos golpistas era de que os comunistas teriam dado mais ou menos 500 mil votos à dupla J-J. Veja o que Marroquim escreve:

Poder-se-á honestamente afirmar que os comunistas dêem a vitória à chapa Kubitschek – João Goulart? A resposta ainda será negativa. Em 1945, num ambiente inteiramente diverso e com a redemocratização dando aos comunistas até uma aura de heroísmo romântico, Prestes obteve cerca de 500 mil votos para senador. Nas eleições subsequentes, o comunismo perdeu substancialmente eleitores [...] eleitorado de Prestes, em 45, não foi totalmente comunista: resultou do retorno à legalidade, da atmosfera emocional que residia no extermínio da ditadura.⁷

Então, os comunistas não teriam 500 mil votos para dar à dupla; quando houve tal votação, muitos votos vieram de quem não era comunista, num outro contexto. Nas eleições à presidência em 1945, muitos votos dados à Prestes vieram pelo papel importante desempenhado pelos soviéticos na Segunda Guerra Mundial. Com a perseguição aos comunistas e ao Partido no pós-guerra, após 1947, o comunismo havia perdido simpatizantes. Consequentemente, não poderia ser o fator de desequilíbrio da eleição. Complementando essa refutação da tese do apoio comunista, o editorial do dia 14 de outubro apela ao direito (que também é um dever, como no caso das eleições) constitucional do voto livre e secreto, e ataca mais fortemente os opositoristas.

A alegação de que foram os comunistas que deram a vitória ao sr. Kubitschek é descabida. Não votaram como membros de um partido, pois que esse deixou de existir. Votaram como cidadãos, cumprindo um dever imposto pela legislação vigente. Se não tivessem votado cairiam sob as sanções da lei.

Se votaram nos candidatos do PSD e do PTB, assim o fizeram no uso de um direito, qual seja o que a Constituição assegura aos cidadãos, de votarem naqueles que livremente escolheram. Seria um pretexto inqualificável alegar os sufrágios comunistas, inteiramente incomprováveis, em vista mesmo do segredo do voto, para invalidar uma eleição lisamente realizada.⁸

Interessante notar as palavras de Marroquim do voto também como um dever, e não só como um direito. Os comunistas, mesmo não tendo o direito de livre agremiação, pois não podiam ter um partido regularizado, tinham o dever de ir às urnas eleger o presidente, exercendo o direito garantido na Constituição.

Porém, não era só Marroquim que pronunciava em nome dos Diários Associados. O próprio Chateaubriand resolveu falar.⁹ Na véspera do contragolpe de 11 de novembro, ele não só refuta esse apoio dos comunistas, como coloca a culpa da derrota de Juarez Távora nos erros da própria UDN.

A quem o sr. Juscelino Kubitschek deve a vitória que o sagrou nas urnas o candidato vitorioso à presidência? [...] Numa eleição, porém, se o candidato ajuda muito, contribuindo bastante, individualmente, para a colheita dos votos, são indispensáveis outros elementos, entre os quais têm excepcional importância as “gaffes” do adversário. [...] Aplicando esta minha filosofia ao sr. Juscelino Kubitschek, eu quero dizer que quem o elegeu não foram só o PSD e o PTB, secções do PR, senão também a UDN.

Eu somo, na lista de sufrágios do candidato pessedista, quinhentos mil votos, só por conta da campanha do golpe. [...]

Concluindo, sustento que foi o golpismo um dos mais consideráveis eleitores do sr. Kubitschek. Duvido que ele se pudesse eleger sem o golpismo, o qual criou o movimento militar e civil do antigolpismo.

Que é o golpismo? O fim da democracia! O cadáver das instituições livres! A morte da emoção política numa coletividade¹⁰

Percebe-se que, ao tratar da quantia de 500 mil votos, não só Chateaubriand acaba refutando a tese de que Juscelino teria sido eleito com o apoio dos comunistas (pode-se referir à citação anterior de Marroquim, referindo-se à eleição de Luís Carlos Prestes, em 1945), mas imputa ao seu rival político a sua própria derrota. Perdeu por pregar o golpismo, conseqüentemente dando os votos necessários à eleição de seu concorrente, os quais o partido considerava dados pelos comunistas, e que fizeram falta a Juarez Távora, seu candidato à presidência.¹¹

Agora vinha a outra tese pregada pela oposição. A tese da maioria absoluta (ou seja, 50% de votos mais um) não estava presente na Constituição de 1946. Essa tese era tão absurda que o próprio líder da UDN, Afonso Arinos, confessaria depois não se passar de um artifício para tentar impedir a posse de Juscelino¹². No entanto, esse entendimento foi muito utilizado pela oposição. Murilo Marroquim demonstra claramente, em diversos momentos, a posição do jornal e da rede Associada sobre essa questão. Um exemplo é a coluna do dia 22 de outubro.

Os udenistas insistem em que se “todo o poder emana do povo”, uma minoria não pode representá-lo devidamente. Puro engano. A multiplicidade de candidato não invalida o princípio da escolha pelo maior número. Ao povo foi dada a escolha, nos termos precisos da lei e o vitorioso, dentro das nossas realidades partidárias, teria forçosamente que obter maioria simples – o que é em si mesmo extraordinário. Pretender-se que o sr. Kubitschek não representa devidamente a nação porque houve votos para o gen. Távora, o sr. Ademar de Barros e o sr. Plínio Salgado, é escamotear a verdade política.¹³

Nesse trecho, o colunista afirma que as regras do jogo político já haviam sido jogadas e que os votantes jogaram conforme elas. Não poderia haver uma maioria absoluta, pois havia, na conjuntura, vários partidos e candidatos fortes. Além disso, critica os oposicionistas, que só se utilizavam deste expediente quando perdiam as eleições, numa tentativa de alterar as regras, conforme suas vontades.

Quem não se recorda daqueles poucos meses que antecederam o retorno de Vargas ao Catete? Pois bem, a Constituição não foi revogada no artigo em questão e o Congresso nada fez nesse sentido. O sr. Baleeiro¹⁴ tomou, de fato, a iniciativa de aclarar o texto da lei, mas o seu projeto – estranhamente – ficou a dormir nas gavetas da Câmara; o próprio deputado não insistiu particularmente para que tivesse andamento, ao longo dos quatro anos de governo anterior. [...] o argumento se renova, em face da derrota: pretendeu-se mudar as regras do jogo antes do pleito e, quando este foi aceito, na expectativa estavam todos os candidatos de ganharem, nenhum deles admitiu sequer que o resultado das urnas fosse impugnado. Nenhum partido, favorável a este ou aquele, declarou que insistiria na maioria absoluta, no colegiado ou no que seja, qualquer que fosse o resultado do pleito. Este recurso, portanto, torna o debate francamente suspeito. [...] Aproveite a UDN o Congresso Nacional e encaminhe o reexame da Constituição, nesse e noutros pontos dignos de esclarecimentos; e o faça com rapidez, pois do contrário estará fadada a perder novamente o pleito em 1960.¹⁵

Mais uma vez, a UDN acabara de cometer erros estratégicos, que, se não fossem cometidos, poderiam levar seu candidato à vitória. Agora, era a falta de revisão da lei eleitoral antes da eleição. Os políticos só se preocupavam com esse aspecto quando perdiam as eleições, e não se preocupavam com isso durante os anos anteriores à disputa presidencial. Uma possível explicação era dada pelo próprio Chateaubriand. No seu artigo de 2 de novembro, ele critica pesadamente a UDN, que considera como

um grupo de homens, de incontestável brilho intelectual, mas de frágil caráter, onde (salvo poucas e dignas exceções) o que predomina é o interesse faccioso.

É contrastador a vista de um partido, dominado inteiramente pelo sentimento faccioso, como vive a UDN. Tem a agremiação indubitavelmente, uma elite, que é uma constelação das mais brilhantes dos quadros partidários do Brasil. A maior parte deles nega uma das qualidades fundamentais do homem político, que é a sua aptidão para conviver com os outros homens e os outros partidos.¹⁶

Portanto, se há somente o interesse faccioso, não há interesse em reformar leis, que poderiam ajudar na sua vitória. O culpado da derrota de Juarez Távora, seja porque predominava o interesse no golpe (e por isso dera votos a Juscelino e Jango), seja porque não reformara a Constituição, é única e exclusivamente a UDN, e, por isso, ela não tinha autoridade para recorrer à Justiça com teses absurdas. Essa foi a posição do Diário, que procurou convencer seus leitores disso através de seus textos.

Além de refutar as duas principais teses dos golpistas, o jornal publica declarações que apoiam a posse dos eleitos, o respeito à constituição e às instituições. Essas declarações vêm de diversos partidos e organizações da sociedade civil (exemplos da Confederação Rural Brasileira e da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul) e de diversos pontos do país (desde o Amazonas, Paraíba, Goiás, até o Rio de Janeiro). Não que o jornal não deixe de publicar notícias sobre as movimentações dos golpistas, sobretudo da UDN, até para dar a aura de imparcialidade.

Porém, o peso das declarações a favor da posse é muito maior que os pronunciamentos a favor da batalha contra a posse, em quantidade e em tamanho. Provavelmente, essa situação decorria do clima da sociedade, que era contrária a um golpe militar. A população já havia passado, no ano anterior, por uma experiência semelhante, a qual resultou no suicídio de Getúlio Vargas. Não se queria mais problemas para o país. Complementando, há o espaço para a preparação e realização de um comício antigolpe, no Largo dos Medeiros, no centro de Porto Alegre, promovido pela União Estadual dos Estudantes e com a presença de representantes de todos os partidos políticos.

Pode-se resumir em duas palavras a cobertura do *Diário de Notícias* sobre as tentativas da oposição de impugnar a eleição: *legalidade e normalidade*. Não se fala de normalidade por causa das tentativas dos golpistas de anular as eleições. Fala-se de normalidade no processo eleitoral, que ainda estava acontecendo. As eleições haviam sido jogadas conforme as regras do jogo, que não foram alteradas antes do pleito. Todos os candidatos buscaram o cargo de forma limpa e os eleitores, mesmo os que eram comunistas, foram às urnas no sagrado dever de escolher o mandatário máximo da nação. Todos estavam cumprindo as normas estabelecidas, até o momento em que chegou o resultado final; começaram ali as tentativas de anular a eleição.

O jornal procurou explorar ao máximo a normalidade, decorrente da legalidade do pleito. Isso decorre porque a

normalidade na política é tão explorada pelos jornais porque ela representa, principalmente, a garantia de um dia-a-dia dentro do planejado, do rotineiro, de situações ordinárias e ordenadas, [...] No que tange às páginas de política nacional, é importante ter em mente, que a situação de normalidade é relacionada, geralmente, a um personagem que está ligado de alguma forma aos projetos das empresas jornalísticas, aos interesses pessoais do dono do jornal, a governos favoráveis, etc. (STEFFENS, 1998, p.65).

Vimos como os Diários Associados estavam entrelaçados com a candidatura de Juscelino. Salientar a legalidade do pleito era garantir a normalidade; era garantir a posse do candidato da cadeia jornalística na presidência da república. Era garantir alguém que, no cargo máximo do país, estivesse alinhado com os ideais do dono do jornal¹⁷. Logo, se cabia a alguém impedir a posse dos eleitos, esse alguém era a Justiça Eleitoral, que fora criada para regular o processo eleitoral. E, como se sabe, não houve interferências no resultado final das eleições.

Considerações finais

Pudemos ver, neste texto, o quanto o Diário de Notícias, como órgão integrante dos Diários Associados, teve uma posição perante um acontecimento político - no caso a tentativa da oposição de impugnar as eleições de 1955 - e procurou defendê-la perante seus leitores. O jornal, como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social, defendeu a posse de Juscelino Kubitschek dos ataques da oposição, pelas várias ligações que seu proprietário, Assis Chateaubriand, tinha com JK, tanto no nível pessoal como no político-partidário. O *Diário* procurou focar uma normalidade associada com a legalidade para refutar os opositoristas. Dessa forma, garantia-se a posse de um candidato que estava de acordo com o que a cadeia jornalística defendia.

Porém, deve-se salientar uma limitação deste texto, e que é muito comum nos trabalhos que utilizam a imprensa como fonte principal. Devemos reconhecer que a segunda metade do século XX é a era das grandes corporações, que trabalham com mais de um tipo de meio de comunicação. No caso deste estudo, seria verificar como as Rádios Farroupilha e Difusora, ambas dos *Associados*, trataram o acontecimento. Será que alguns dos pontos que não eram tratados no jornal não iam ao ar no *Grande Jornal Falado*, que ia ao ar no final da programação das rádios? Será que aquilo que o jornal trazia no início da manhã já não tinha sido largamente debatido e refinado nas ondas do rádio? Devemos lembrar que, num país onde grande parte da população era analfabeta, o rádio tinha a possibilidade de chegar a uma parcela maior da população do que o jornal.

A possibilidade de se fazer uma cobertura mais ágil dos acontecimentos em comparação ao jornal diário faz com que a pesquisa com o rádio seja muito proveitosa, e, proporcionalmente, mais trabalhosa. Há a dificuldade em localizar os áudios da época, quando estes ainda existem. Porém, os resultados podem ser mais esclarecedores sobre a posição de certos grupos que exprimem suas opiniões na imprensa.

Vivemos uma época em que mídias como o jornal e a televisão vêm sendo questionadas, sendo desmontadas as auras de imparcialidade e neutralidade políticas. Desde a década de 1980, os trabalhos que utilizam o jornal como fonte têm crescido em quantidade e também em qualidade, com um maior refinamento teórico e debates com a área da comunicação. O questionamento atual sobre os meios de comunicação tem contribuído para um maior debate sobre o cuidado ao ler essas fontes. Neste texto, mostramos como um órgão da imprensa teve um posicionamento decorrente de seus compromissos e como procurou defendê-la perante seus leitores. Há muito ainda o que ser feito, e o campo de pesquisa com a fonte jornalística tende a aumentar cada vez mais.

Notas

1. São realmente poucos os trabalhos conhecidos até o momento que utilizam o *Diário de Notícias* como fonte. Destaco, a nível acadêmico, os trabalhos de: STEFFENS, 1998; COSTA, 2004. O único trabalho encontrado que utiliza o Diário como fonte além de 1955 é o de OLIVEIRA, 2008.
2. Para a redemocratização de 1945 e para a campanha do “Petróleo é Nosso”, cf. OLIVEIRA, 2008, p.32-34 e p.220-223, respectivamente; para a eleição presidencial de 1950 cf. STEFFENS, 1998, cap. 2
3. *Diário de Notícias*, edição de 2.10.1955, capa
4. *Diário de Notícias*, edição de 14.10.1955, p.4, editorial
5. Importante salientar que a coluna Panorama Político era escrita no Rio de Janeiro, chegando ao jornal através da Agência Meridional, e era publicada em todos os jornais da cadeia.
6. *Diário de Notícias*, edição de 12.10.1955, p.3.
7. Idem
8. *Diário de Notícias*, edição de 14.10.1955, p.4, editorial
9. Assis Chateaubriand tinha uma coluna diária publicada em todos os jornais da cadeia, na qual escrevia sobre diversos temas. Era como se fosse um segundo editorial de cada jornal.
10. *Diário de Notícias*, edição de 10.11.1955, p.4
11. Juscelino teve 36% (3.077.411) dos votos; Juarez Távora, 30% (2.610.462); Ademar de Barros, 26% (2.222.725); e Plínio Salgado, 8% (632.848). Jango, como vice-presidente, teve mais votos que Juscelino: 3.591.409 votos. Perceba que a diferença foi de aproximadamente 450 mil votos entre Juscelino e Juarez.
12. “Como os candidatos eram quatro, sendo três deles fortes, Juarez, Juscelino e Ademar, eu sustentava o óbvio; ou seja, que o nosso próprio candidato (Juarez) só poderia vencer por maioria relativa. Como alegar *ex-post-facto* a necessidade de maioria absoluta? In: BOJUNGA, 2001, p.321.
13. *Diário de Notícias*, edição de 12.10.1955, p.3.
14. Referência a Aliomar Baleeiro, um dos líderes da UDN no Congresso Nacional, deputado pela Bahia
15. *Diário de Notícias*, edição de 12.10.1955, p.3.
16. *Diário de Notícias*, edição de 2.11.1955, p.4
17. O Diário também defende a normalidade em outras partes da disputa eleitoral de 1955, como nas eleições e no contragolpe de 11 de novembro. LUFT, 2009, capítulo 3.

Referências bibliográficas

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. Brasília: MEC/Imprensa Nacional, 1972.

BOJUNGA, Cláudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CARNEIRO, Glauco. *Brasil, primeiro: história dos Diários Associados*. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999

COSTA, Marcelo Fernando Gonzalez da. *As repercussões da política externa argentina do primeiro governo Perón (1946-1952) na imprensa sul-riograndense*. São Leopoldo: Unisinos, 2004. Dissertação de mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

FERREIRA, Jorge. Crises da república: 1954, 1955 e 1961. In: _____; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FRAGA, Gerson Wasen. *Branco e vermelhos: a Guerra Civil Espanhola através das páginas do Correio do Povo (1936-1939)*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Dissertação de mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

GRANDI, Celito de. *Diário de Notícias: o romance de um jornal*. Porto Alegre: L&PM, 1999

LUFT, Marcos Vinícios. *Aos amigos, tudo; aos inimigos, a lei: a crise da república de 1955 nas páginas do Diário de Notícias*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

MORAIS, Fernando. *Chatô, o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NOGUEIRA, Maristel Pereira. *Universiade de 63: reconstrução da memória através da perspectiva dos jornais*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Dissertação de mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.

OLIVEIRA, Lisiane Medianeira de. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas páginas do Diário de Notícias*. Porto Alegre: PUCRS, 2008. Tese de doutorado em História, Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

RUDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS

STEFFENS, Marcelo Hornos. *O Correio do Povo e o Diário de Notícias e a estratégia de utilização das imagens de Getúlio Vargas: 1950 a 1954*. Porto Alegre: PUCRS, 1998. Dissertação de mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1998.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1988